



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

Câmara Municipal

Ata n.º 1/2020

Data da Reunião ordinária

6 de janeiro de 2020

Início

10:00 horas

Termo

10:16 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:

Presidente

Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira

Vereadores

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Jorge Manuel Louro Pereira

Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo

Sónia Cristina Marques Varino

Responsável pela elaboração da Ata:

Nome

Ana Silvério

Categoria

Coordenadora Técnica



No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 6 de janeiro de 2020, com início pelas 10:00 horas, é a seguinte:-----

1. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

1.1 - Balancete - Para conhecimento-----

1.2 - Pagamentos - Para conhecimento-----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

2.1 - União Jazz Malpiquense - Pedido de apoio - obras de manutenção e melhoramento da sede - Para deliberação-----

3. DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA-----

3.1 - Proposta de normas de fundos fixos e eventual constituição dos mesmos para o ano de 2020 - Para deliberação-----

4. DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS-----

4.1 - Empreitada "Pavimentação de arruamentos" - Liberação da garantia bancária - Para deliberação-----

4.2 - Empreitada "Recuperação e restauro de 13 objetos lúdicos - Olharapos" - Liberação da garantia bancária - Para ratificação-----

4.3 - Empreitada "Recuperação da torre de observação - PASM" - Liberação da garantia bancária - Para ratificação-----

4.4 - Empreitada "Substituição da conduta de água em Vale de Mestre/Pereira" - Liberação da garantia bancária - Para ratificação-----

4.5 - Empreitada "Centro Náutico de Constância - Vedação" - Liberação da garantia bancária - Para ratificação-----

4.6 - LOVE LEADER MEAT, LDA. - Avenida D. Afonso Henriques, Lote 16 - Montalvo - Licenciamento de moradia unifamiliar, anexos, piscina e muros de vedação - Proposta para proceder à caducidade do alvará de licenciamento - Para deliberação-----

5. UNIDADE DE SERVIÇOS SOCIAIS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO-----

5.1 - Associação Cultural e Desportiva Aldeense - Pedido de transporte - Para ratificação-----

6. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----



Constância, 6 de janeiro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,



(Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira)



Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, achando-se igualmente presentes, a Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, o Senhor Vereador Jorge Manuel Louro Pereira, a Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e a Senhora Vereadora Sónia Cristina Marques Varino.-----

Esteve também presente na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica.-----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Intervenção da Senhora Vereadora Sónia Cristina Marques Varino, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Gostava de saber o ponto de situação das obras da extensão de saúde de Montalvo.--

Intervenção do Senhor Presidente-----

Se a memória não me falha termina hoje o prazo para a empresa que ganhou o procedimento entregar a caução. Caso assim seja, o passo seguinte será a aprovação da minuta do contrato e posteriormente a celebração do contrato.-----

Apontamos que entre o final de janeiro e o início de fevereiro a obra tenha início.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

O procedimento foi feito com consulta a várias empresas, quantas foram?-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

Não tenho de memória o número de empresas convidadas, mas foi no mínimo quatro a cinco.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Já é público quem é a empresa?-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

É a 4MB Construções, Lda.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Foi o orçamento mais barato?-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

Foi a empresa que deu o preço mais baixo.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Isto é: Foi mais barato que o valor do concurso público?-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

Não. Até porque tivemos que fazer a revisão dos preços, porque o que estamos a sentir nesta fase é que os preços das obras estão a aumentar consideravelmente. Já no parque infantil em Montalvo também tivemos que fazer a revisão dos preços. No procedimento que estamos a preparar para a requalificação da zona ribeirinha, antes de o lançarmos o Eng. Heitor teve uma reunião com o projetista para efetivamente não correremos o risco de lançar um concurso público e ficar deserto, ou seja, para que os preços que saiam para a rua sejam já valores atuais praticadas no mercado.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Relativamente à obra de requalificação da zona ribeirinha vão aproveitar a obra para intervir na zona intransitável.-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

A ideia é incluirmos já nesta empreitada a requalificação daquela zona que foi danificada pela cheia.-----

Intervenção da Senhora Vereadora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária-----

Vão fazer concurso público?-----

Intervenção do Senhor Presidente-----

Devido ao valor é obrigatório fazer concurso público.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

1.1 – BALANCETE - A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 31 de dezembro de 2019, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: **Em cofre: €2.488,61** (dois mil quatrocentos e oitenta e oito euros e sessenta e um cêntimos); **Instituições de Crédito: €492.023,23** (quatrocentos e noventa e dois mil vinte e três euros e vinte e três cêntimos); **Soma: €494.511,84** (quatrocentos e noventa e quatro mil quinhentos e onze euros e oitenta e quatro cêntimos); **TOTAL: €494.511,84** (quatrocentos e



noventa e quatro mil quinhentos e onze euros e oitenta e quatro cêntimos);
Discriminação do Saldo em Dinheiro – Receitas Próprias: €458.508,36
(quatrocentos e cinquenta e oito mil quinhentos e oito euros e trinta e seis cêntimos);
Operações de Tesouraria: €36.003,48 (trinta e seis mil três euros e quarenta e oito cêntimos).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

1.2 – PAGAMENTOS - Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período de 14/12/2019 a 30/12/2019, na importância global, de **€560.637,18** (quinhentos e sessenta mil seiscentos e trinta e sete euros e dezoito cêntimos).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

-----2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

2.1 - UNIÃO JAZZ MALPIQUENSE - PEDIDO DE APOIO - OBRAS DE MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA SEDE - PARA DELIBERAÇÃO-----

INFORMAÇÃO TÉCNICA: “Solicita a União Jazz Malpiguense um apoio financeiro para fazer face a despesas tidas com a realização de obras de manutenção e melhoramento da sede daquela coletividade, nomeadamente a construção de um forno comunitário, grelhador de tamanho industrial e ainda a construção de um lava-louças, das quais junta cópia dos seguintes documentos:-----

Fatura nº 2686, de Ferrus – Materiais Siderúrgicos e de Construção, S.A., no valor de 212,48 € Fatura nº C/8129, de Expofixo – Materiais de Construção, Lda., no valor de 397,29 €-----

Fatura nº C/8151, de Expofixo – Materiais de Construção, Lda., no valor de 85,88 €-----
Perfazendo as respetivas faturas um total de 695,65 € e sendo prática da autarquia o apoio em 25% sobre o total das despesas, a que corresponderia, no caso de validação de todas as despesas, **uma comparticipação financeira no valor de 173,92 €**,
cumpre-me pelo presente informar:-----

1. Salvo melhor opinião, este processo requer a verificação das obras efetuadas e validação dos respetivos documentos de despesa pela Divisão Municipal de Serviços Técnicos;-----

2. A coletividade não tem regularizada a sua inscrição no Registo Municipal de Associações.”-----

INFORMAÇÃO TÉCNICA: “Em referência ao assunto supracitado e no seguimento da Informação destes serviços com o nº 20205, de 12/11/2019, cumre-me informar que:



A Coletividade tem já regularizada a sua situação no âmbito do Registo Municipal de Associações.”-----

INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS:

“Relativamente ao assunto designado em epígrafe, e reportando-me ao pedido formulado pela Direção da Associação supracitada, foram apresentados três documentos de despesa que constam do presente processo. Foi entretanto solicitado através da informação prestada pelo Assistente Técnico Sr. Carlos Amorim dos Serviços Sociais, Culturais, Desportivos e Turismo que consta do presente processo, que fossem verificadas por esta DMST as obras realizadas, sendo que é referido também na mesma informação que a coletividade em causa não tem regularizada a sua inscrição no Registo Municipal de Associações, tendo sido já solicitado naquela data por mail os respetivos documentos em falta.”-----

Os trabalhos em causa incidem fundamentalmente sobre a área afeta ao logradouro tardoz onde se encontra implantado um telheiro, de acordo com deslocação ao local, conforme se passam de seguida a identificar na generalidade:-----

Aquisição de chapas, cantoneiras e tubos em ferro para estrutura de apoio ao forno, no valor total de 212,48 €;-----

Aquisição de sacos de cimento, tijolo cerâmico, tijolo refratário, blocos de cimento, forno a lenha com 100x100 cm com frente e porta, no valor total de 397,29 €;-----

Aquisição de base de chuveiro, tinta, 2 lâmpadas e demais acessórios, no valor total de 85,88 €;-----

O total dos trabalhos atrás identificados representam o valor de 695,65 € incluindo IVA, conforme documentos comprovativos dessa despesa;-----

Conforme se pode constatar facilmente in loco, os trabalhos atrás identificados encontram-se devidamente concluídos, incluindo os respetivos acabamentos.-----

Assim, as obras de manutenção e conservação em causa e que foram já discriminadas, incluem apenas os materiais, sendo que a despesa associada à mão de obra para a sua aplicação não consta em qualquer documento de despesa, importando as mesmas no valor total de **695,65 €**.-----

Mais se informa que as obras em apreço se encontram devidamente enquadradas em obras de escassa relevância urbanística, nos termos definidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 6º do RJUE, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do regulamento municipal de urbanização e edificação, uma vez que foram principalmente obras de conservação e manutenção, com mais valias significativas para a utilização daquela associação no âmbito das suas diversas atividades.-----

Assim, na generalidade o conjunto das despesas apresentadas e os preços unitários propostos através da cópia dos respetivos documentos de despesa, são compatíveis com a sua dimensão, tipologia e características técnicas, pelo que em função do disposto, considera-se tecnicamente que estão reunidas as condições para deferir o pedido formulado, sendo da competência da Câmara Municipal a atribuição do valor dessa comparticipação, que deverá ser previamente cabimentada pelo serviço de contabilidade da DMAF e que habitualmente tem sido de 25% sobre o seu valor, isto é, **173,91 €** (695,65 € x 0,25).-----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a atribuição da comparticipação no valor de 173,91€ (cento e setenta e três euros e noventa e um cêntimos), com dois votos contra das Senhoras Vereadoras Júlia Amorim e Sónia Varino da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

As Senhoras Vereadoras apresentaram a seguinte declaração de voto: “Na reunião de Câmara de 5 de Dezembro de 2019 foi proposto pelo senhor presidente e aprovado pelo executivo a atribuição de uma compartição financeira de 100% sobre o valor de obras realizadas por uma associação do concelho. Nessa altura as vereadoras da CDU questionaram o senhor presidente sobre a legalidade do apoio na totalidade uma vez que até à data, o critério era o de atribuir uma comparticipação financeira de 25% sobre o valor total da obra.-----

Clarificada a questão sobre a legalidade e havendo disponibilidade financeira para o efeito congratulámo-nos com a proposta apresentada e votámos favoravelmente por reconhecermos a importância do movimento associativo de base popular do concelho, na certeza que a adopção deste critério seria aplicada em situações futuras.-----

Ora, foi com surpresa que tivemos conhecimento da proposta de apoio financeiro de 25% sobre o valor das obras realizadas na sede da União Jazz Malpiquense e não de 100% pelo que foi sugerido que o assunto fosse reagendado com uma proposta de 100% o que não foi aceite.-----

Em face do exposto e porque deve haver equidade na atribuição de apoios votámos contra a proposta de atribuir uma comparticipação financeira de 25% sobre o valor total da obra realizada ao invés de 100%.-----

-----3. DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA-----

3.1 - PROPOSTA DE NORMAS DE FUNDOS FIXOS E EVENTUAL CONSTITUIÇÃO DOS MESMOS PARA O ANO DE 2020 - PARA DELIBERAÇÃO-----

INFORMAÇÃO DA CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: “Atento o previsto no ponto 2.9.10.1.11 do Pocal1, mantido em vigor



pelo D. L. n.º 192/2015, de 11 de setembro, “Para efeitos de controlo dos fundos de maneo, o órgão executivo deve aprovar um regulamento que estabeleça a sua constituição e regularização, devendo definir a natureza da despesa a pagar pelo fundo, bem como o seu limite máximo, e ainda:-----

a) A afetação, segundo a sua natureza, das correspondentes rubricas da classificação económica;-----

b) A sua reconstituição mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas;-----

c) A sua reposição até 31 de dezembro.”-----

Os fundos fixos, usualmente também designados por fundos de maneo, destinam-se a pagar despesas de reduzido montante (cfr. notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional, conta #118, aprovadas pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho).-----

Face ao exposto, coloca-se à consideração de V/ Exa. a proposta de normas de fundos de maneo a vigorar em 2020, bem como a proposta os eventuais detentores de fundo de maneo, classificação económica da despesa e respetivo valor para posterior encaminhamento ao órgão executivo para aprovação.-----

1 O D.L. n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o sistema de normalização contabilística para as Administrações Públicas procedeu à revogação do Pocal, com exceção com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	MONTANTE	ELEITO/TRABALHADOR
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	25,00€	Sérgio Oliveira
02.02.11 Representação de serviços	200,00€	Sérgio Oliveira
02.01.02.02 Combustíveis e lubrificantes	25,00€	Sérgio Oliveira
02.01.02.02 Combustíveis e lubrificantes	25,00€	Ana Filipa Montalvo
02.02.11 Representação de serviços	50,00€	Ana Filipa Montalvo
02.01.21 Outros bens	25,00€	Ana Filipa Montalvo
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	25,00€	Ana Filipa Montalvo
02.01.02.02 Combustíveis e lubrificantes	25,00€	Jorge Pereira
02.02.11 Representação de serviços	50,00€	Jorge Pereira
02.01.21 Outros bens	50,00€	Jorge Pereira
02.01.20 Material de educação, cultura e recreio	50,00€	Helena Teixeira
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	25,00€	Helena Teixeira
02.02.11 Representação de serviços	50,00€	Helena Teixeira
02.01.08 Material de escritório	15,00€	Ana Maria Silvério
02.02.09 Comunicações	15,00€	Ana Maria Silvério
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	50,00€	José Monteiro
02.01.02.02 Combustíveis e lubrificantes	50,00€	José Monteiro
02.01.14 Outro material - peças	50,00€	José Monteiro
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	50,00€	António Gomes
02.01.02.02 Combustíveis e lubrificantes	50,00€	António Gomes
02.01.14 Outro material - peças	50,00€	António Gomes
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	50,00€	Mário Ganhão
02.01.02.02 Combustíveis e lubrificantes	50,00€	Mário Ganhão
02.01.14 Outro material - peças	50,00€	Mário Ganhão
02.01.14 Outro material - peças	30,00€	Manuel Pedro Oliveira
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transporte	20,00€	Manuel Pedro Oliveira
02.01.08 Material de escritório	15,00€	Isabel Magano
02.01.14 Outro material - peças	25,00€	Marco Russo
02.01.21 Outros bens	25,00€	Marco Russo
02.01.05 Alimentação – Refeições confeccionadas	10,00€	Maria João Ferreira (CPCJ)
02.01.06 Alimentação – Géneros para confeccionar	25,00€	Maria João Ferreira (CPCJ)
02.01.21 Outros bens	5,00€	Maria João Ferreira (CPCJ)
02.02.10 Transportes	10,00€	Maria João Ferreira (CPCJ)

02.01.02.02 “Combustíveis e lubrificantes” – Inclui as despesas com bens de consumo a utilizar como combustão ou lubrificação.-----

02.01.05 “Alimentação – refeições confeccionadas” - Incluem-se as despesas com a alimentação já confeccionada que a autarquia local fornece tanto a funcionários e agentes como a pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam a autarquia na incumbência de lhes proporcionar a alimentação, designadamente em creches e centros de dia.-----

02.01.06 “Alimentação – Géneros para confeccionar” - Incluem-se as despesas com a aquisição dos géneros alimentícios para confeccionar que os serviços fornecem tanto a funcionários como a pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em



situações que colocam a autarquia local na incumbência de lhes proporcionar a alimentação.-----

02.01.08 “Material de escritório” – Inclui as despesas com bens de consumo imediato, que não sejam consideradas equipamento de escritório (imobilizado), embora alguns sejam duradouros e inventariáveis e não se mostrem diretamente ligados à produção de bens e serviços, como por exemplo, papel de impressora, lápis, agraphadores, furadores, compra de rolos de máquinas de calcular, esferográficas, agraphos, papel timbrado ou não, dossiers, caixas de arquivo, exemplares avulso do Diário da República e outros artigos vulgarmente conhecidos por artigos de expediente.-----

02.01.14 “Outro material – peças” – Engloba as despesas com a aquisição dos materiais (peças) que não sejam considerados em “Material de transporte – peças”.----

02.01.20 “Material de educação, cultura e recreio” – Engloba todo o bem durável, mas não diretamente ligado à produção de bens e serviços, que seja suscetível de constituir junto dos indivíduos fator de dinamização e de enriquecimento da sua cultura, a qual, para efeitos exclusivos do classificador, é tomada num sentido muito amplo, de modo a compreender os campos da educação, artes recreativas e musicais, belas-artes, da museologia *latu sensu*, do culto religioso, de recreio e da formação profissional. Ex: material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino (mapas didáticos, coleções mineralógicas, zoológicas e anatómicas, régua, compassos e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aulas), equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas aquando inventariáveis e afetos a bibliotecas.-----

02.01.21 “Outros bens” – Inclui as despesas tidas com outros bens.-----

02.02.09 “Comunicações” – Engloba as despesas com telefones móveis e fixos, telex, correios e tráfego radiotelegráfico internacional.-----

02.02.10 “Transportes” - Consideram-se aqui incluídas todas as despesas com transportes de pessoas, quer tenham ou não a qualidade de funcionários. Os gastos com o transporte de pessoal que aqui se devem considerar são aluguer permanente de veículos para transporte de pessoal, subsídios de transporte concedidos em carácter de permanência ao pessoal, passes sociais concedidos ao pessoal, tudo para fazer face às deslocações de e para o local de trabalho. Afetam-se também a esta rubrica as despesas com o transporte de bens já na posse dos serviços (se ainda não o estiverem, as despesas vão onerar as dotações que suportam ou suportariam as



respetivas aquisições). Por aqui se devem satisfazer, igualmente, os encargos com o aluguer de automóveis, com ou sem condutor, bem assim os encargos relativos a alfândegas, portagens, bagagens, excesso de carga e reboque de viaturas.-----

02.02.11 “Representação de serviços” – Inclui as despesas determinadas por necessidades acidentais de representação dos organismos, em virtude de receções ou visitas de individualidades nacionais ou estrangeiras, com exclusão das despesas de representação do exercício de determinados cargos oficiais, que assumem a natureza de despesas com pessoal.-----

02.02.21 “Utilização de infra-estruturas de transporte” – Engloba as despesas relacionadas com pagamentos de compensação às empresas concessionárias de infra-estruturas de transportes.-----

Os valores propostos estão previstos no orçamento para 2020, sendo cabimentados logo que seja concluída a transição orçamental para o ano 2020.”-----

NORMAS FUNDO DE MANEIO 2020-----

Cláusula 1.º-----

Objeto-----

O presente conjunto normativo visa definir o procedimento dos fundos de maneo, nos termos do previsto no ponto 2.9.10.1.11 do Pocal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, bem como no D.L. n.º 192/2015, de 11 de setembro, e Portaria n.º 189/2016, de 14 de junho, a vigorar ao longo do ano de 2020.-----

Cláusula 2.º-----

Constituição-----

1. A constituição de fundos de maneo efetua-se anualmente através de deliberação por parte do órgão executivo.-----
2. Da proposta de constituição devem constar obrigatoriamente os seguintes elementos:-----
 - a. Justificação da necessidade de constituição dos fundos;-----
 - b. Identificação dos responsáveis de cada fundo;-----
 - c. Afetação de cada fundo às correspondentes rubricas de classificação económica e funcional, bem como a natureza da despesa a pagar;-----
 - d. Limite máximo anual de cada fundo;-----
 - e. Definição da data de reconstituição mensal de cada fundo;-----
 - f. Definição da data de reposição de cada fundo.-----

Cláusula 3.º-----



Reconstituição-----

1. A reconstituição de fundos de maneio é efetuada mensalmente.-----
2. Até ao último dia útil do mês, os titulares dos fundos de maneio procedem à entrega dos documentos justificativos de despesa, descritos em documento em vigor para o efeito.-----
3. A contabilidade emite as ordens de pagamento relativas aos valores pagos ao abrigo dos fundos de maneio e a tesouraria procede ao seu pagamento, reconstituindo o fundo de maneio.-----
4. A reconstituição do fundo não poderá conter, em caso algum, despesas não documentadas e/ou não enquadráveis nas classificações económicas aprovadas.-----
5. O limite máximo mensal de cada fundo de maneio é o correspondente ao valor da sua constituição.-----
6. Sempre que a despesa apresentada no âmbito do fundo seja destinada a um serviço distinto do serviço a que pertence o responsável pelo fundo de maneio, deve o responsável confirmar no documento de despesa que o bem/serviço foi aplicado no fim pretendido.-----

Cláusula 4.º-----

Reposição-----

A reposição dos fundos de maneio é feita impreterivelmente até ao dia 31 de dezembro do ano a que respeitam.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----

-----4. DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS-----

4.1 - EMPREITADA "PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS" - LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA - PARA DELIBERAÇÃO-----

INFORMAÇÃO TÉCNICA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi requerido pelo empreiteiro a liberação da caução da empreitada supracitada, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.-----

Desta forma foi elaborado um auto de vistoria que se anexa, assinado respetivamente, pelo representante do dono da obra e pelo representante de empresa adjudicatária, não se vendo qualquer inconveniente em que o mesmo seja aprovado, podendo caso o Executivo Camarário delibere no sentido favorável, liberar mais 15% da caução em poder do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 3º, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que decorreram mais de quatro anos da data da receção provisória da empreitada em apreço e que ocorreu a 06/08/2015.-----



A empresa adjudicatária decorridos mais de quatro anos da data da receção provisória requereu assim a 4ª liberação da garantia bancária no valor correspondente a 15%, conforme previsto na d) do n.º 2 do art.º 3, pelo que uma vez decorridos mais de quatro anos desde essa data, poderão ser agora liberados 15% da mesma, uma vez passada a data de 06/08/2019 (quatro anos após a data da receção provisória).-----
Mais se informa, que os restantes 10% da caução, serão liberados mediante a realização de um auto de vistoria, por cada pedido requerido pela empresa adjudicatária, nos termos e condições estabelecidas na alínea e) do n.º 2 do mesmo artigo 3º, conjugado com a alínea e) do n.º 5 do artigo 295º do CCP, DL 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação."-----



Constância.
MUNICÍPIO

Divisão Municipal dos Serviços Técnicos

AUTO DE VISTORIA para LIBERAR GARANTIAS BANCÁRIAS

Empreitada de Pavimentação de arruamentos

Aos 29-05-2019 compareceram na obra acima mencionada por parte do MUNICÍPIO DE CONTÂNCIA, o Sr. JORGE MANUEL MONTEIRO MARQUES HEITOR e o Luís Paulo Balau Lopes Mendes representante da firma DIAMANTINO JORGE & FILHO, S.A. , adjudicatário da citada obra conforme consta do respetivo contrato celebrado entre esta Câmara Municipal e o empreiteiro, a fim de se proceder à vistoria para efeitos da 4ª liberação de caução (na percentagem de 15%) de acordo com o Código dos Contratos Públicos.

E tendo-se procedido à vistoria verificou-se que:

Primeiro: - Todos os trabalhos executados estavam conforme as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis;

Segundo: - Que todos os trabalhos previstos no Mapa de Trabalhos que serviu de base à adjudicação da presente empreitada, estavam executados;

Terceiro: - Nenhuma observação havendo fazer-se e tendo-se constatado que tudo se encontrava conforme as prescrições técnicas regulamentares que presidiam à presente empreitada, se lavrou o presente Auto de Vistoria, que, depois de lido em voz alta, foi julgado conforme e vai ser assinado.







PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE: -----

Processo	Informação	Freguesia	Empresa Adjudicatária	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
2019/350.10.505/6	23252/2019, de 26-12-2019	Arruamentos diversos nas freguesias de Montalvo e Santa Margarida da Coutada	Diamantino Jorge & Filho, SA	Montalvo e Santa Margarida da Coutada	Liberação da Garantia Bancária	De acordo com o teor da informação técnica prestada pela DMST e registada sob o n.º 23252, datada de 26/12/2019, coloca-se à consideração do Executivo Camarário deliberar sobre a liberação parcial da garantia bancária. 6-12-2019

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta.-----

4.2 - EMPREITADA "RECUPERAÇÃO E RESTAURO DE 13 OBJETOS LÚDICOS - OLHARAPOS" - LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA - PARA RATIFICAÇÃO-----

INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS:

“Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação em vigor não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivos das empreitadas, tem sido desde há muito proposto pelo signatário que os mesmos sejam aprovados mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no Código de Contratos Públicos, definido pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, adiante designado simplesmente por CCP, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser elaborado e assinado por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no artigo 398º do CCP.

Considerando que o **auto de receção definitivo** da empreitada em apreço que teve como empresa adjudicatária “METALÚRGICA COELHOS DE JOSÉ COELHO E FILHOS, Lda” nunca foi assinado nos termos do estipulado nos artigos 394º e 398º do CCP, no entanto, tendo em atenção que o prazo de garantia da mesma já expirou a 06/01/2011, em virtude de naquela data terem decorrido cinco anos contados a partir da data da receção provisória, propõe-se em função do disposto que o Executivo Camarário delibere no sentido de serem liberadas todas as garantias bancárias em poder da Câmara e demais retenções que porventura existam para reforço da mesma.”-----

PROPOSTA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE-----



Processo	Informação	Freguesia	Empresa Adjudicatária	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
2019/350.10.505/11	23528/2019, de 28-12-2019	Santa Margarida da Coutada	Metalúrgica Coelhos de José Coelho e Filhos, Lda	Vale de Mestre - PASM	Liberação da Garantia Bancária	De acordo com o teor da informação técnica prestada pela DMST e registada sob o n.º 23528, datada de 28/12/2019, coloca-se à consideração do Executivo Camarário ratificar a decisão sobre a liberação da garantia bancária. 30-12-2019

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ratificação.-----

4.3 - EMPREITADA "RECUPERAÇÃO DA TORRE DE OBSERVAÇÃO - PASM" - LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA - PARA RATIFICAÇÃO-----

INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS:

“Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação em vigor não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivos das empreitadas, tem sido desde há muito proposto pelo signatário que os mesmos sejam aprovados mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no Código de Contratos Públicos, definido pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, adiante designado simplesmente por CCP, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser elaborado e assinado por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no artigo 398º do CCP.----

Considerando que o **auto de receção definitivo** da empreitada em apreço que teve como empresa adjudicatária “JOSÉ GOMES RODRIGUES REIS, Lda” nunca foi assinado nos termos do estipulado nos artigos 394º e 398º do CCP, no entanto, tendo em atenção que o prazo de garantia da mesma já expirou a 14/08/2017, em virtude de naquela data terem decorrido cinco anos contados a partir da data da receção provisória aprovada em deliberação de reunião de Câmara que ocorreu a 24/09/2012, propõe-se em função do disposto que o Executivo Camarário delibere no sentido de serem liberadas todas as garantias bancárias em poder da Câmara e demais retenções que porventura existam para reforço da mesma.-----

PROPOSTA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE-----

Processo	Informação	Freguesia	Empresa Adjudicatária	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
2019/350.10.505/12	23527/2019, de 28-12-2019	Santa Margarida da Coutada	José Gomes Rodrigues Reis, Lda	Vale de Mestre - PASM	Liberação da Garantia Bancária	De acordo com o teor da informação técnica prestada pela DMST e registada sob o n.º 23527, datada de 28/12/2019, coloca-se à consideração do Executivo Camarário ratificar a decisão sobre a liberação da garantia bancária. 30-12-2019

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ratificação.-----

4.4 - EMPREITADA "SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA DE ÁGUA EM VALE DE MESTRE/PEREIRA" - LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA - PARA RATIFICAÇÃO-----

INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS:

“Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação em vigor não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivos das empreitadas, tem sido desde há muito proposto pelo signatário que os mesmos sejam aprovados mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no Código de Contratos Públicos, definido pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, adiante designado simplesmente por CCP, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser elaborado e assinado por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no artigo 398º do CCP.---- Considerando que a empresa adjudicatária da empreitada em apreço “MENDES & GONÇALVES, SA” entrou em insolvência há já alguns anos atrás, o **auto de receção definitivo** da empreitada supracitada nunca foi assinado nos termos do previsto nos artigos 394º e 398º do CCP. No entanto, tendo em atenção que o prazo de garantia da mesma já expirou a 04/01/2015, em virtude de naquela data terem decorrido cinco anos contados a partir da data da receção provisória, propõe-se em função do disposto que o Executivo Camarário delibere no sentido de serem liberadas todas as garantias bancárias em poder da Câmara e demais retenções que porventura existam para reforço da mesma.”-----

PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE:-----

Processo	Informação	Freguesia	Empresa Adjudicatária	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
2019/350.10.505/10	23521/2019, de 28-12-2019	Santa Margarida da Coutada	Mendes & Gonçalves, S.A.	Estrada da Pereira	Liberção da Garantia Bancária	De acordo com o teor da informação técnica prestada pela DMST e registada sob o n.º 23521, datada de 28/12/2019, coloca-se à consideração do Executivo Camarário ratificar a decisão sobre a liberação da garantia bancária. 29-12-2019

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ratificação.-----

**4.5 - EMPREITADA "CENTRO NÁUTICO DE CONSTÂNCIA - VEDAÇÃO" -
LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA - PARA RATIFICAÇÃO**-----

INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS:-----

“Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação em vigor não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivos das empreitadas, tem sido desde há muito proposto pelo signatário que os mesmos sejam aprovados mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no Código de Contratos Públicos, definido pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, adiante designado simplesmente por CCP, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser elaborado e assinado por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no artigo 398º do CCP.-----
Considerando que a empresa adjudicatária da empreitada em apreço “JOSÉ FRANÇA CONSTRUÇÕES, Lda” entrou em insolvência há já alguns anos atrás, o **auto de receção definitivo** da empreitada supracitada nunca foi assinado nos termos do previsto nos artigos 394º e 398º do CCP. No entanto, tendo em atenção que o prazo de garantia da mesma já expirou a 22/12/2011, em virtude de naquela data terem decorrido cinco anos contados a partir da data da receção provisória, propõe-se em função do disposto que o Executivo Camarário delibere no sentido de serem liberadas todas as garantias bancárias em poder da Câmara e demais retenções que porventura existam para reforço da mesma.”-----

PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE:-----



Processo	Informação	Freguesia	Empresa Adjudicatária	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
2019/350.10.505/7	23520/2019, de 28-12-2019	Centro Náutico de Constância-Vedação	José França, Construções, Lda	Centro Náutico de Constância	Liberação da Garantia Bancária	De acordo com o teor da informação técnica prestada pela DMST e registada sob o n.º 23520, datada de 28/12/2019, coloca-se à consideração do Executivo Camarário ratificar a decisão sobre a liberação da garantia bancária. 29-12-2019

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ratificação.-----

4.6 - LOVE LEADER MEAT, LDA. - AVENIDA D. AFONSO HENRIQUES, LOTE 16 - MONTALVO - LICENCIAMENTO DE MORADIA UNIFAMILIAR, ANEXOS, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO - PROPOSTA PARA PROCEDER À CADUCIDADE DO ALVARÁ DE LICENCIAMENTO - PARA DELIBERAÇÃO-----

INFORMAÇÃO TÉCNICA: “ De acordo com o despacho do Sr. Presidente, e ofício enviado à requerente, o prazo para pagamento das taxas e emissão de licença, referentes a Construção de Moradia Unifamiliar e Muro de Vedação, sito na Av. D. Afonso Henriques, lote 16, em Montalvo, estava fixado até **05 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo n.º 76 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE).**-----

Assim, verificando-se que até à data, ainda não foram liquidadas as taxas devidas, coloca-se à consideração do executivo camarário, a intenção de **projetar declarar a caducidade d licença, determinando a cessação da operação urbanística**, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE.-----

Caso o executivo camarário assim delibere, essa intenção deverá ser comunicada à firma requerente, conforme o estipulado nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, a fim de que esta possa eventualmente usar dos direitos que os mesmos lhe conferem.”-----

PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE:-----



Processo	Informação	Freguesia	Requerente	Localização	Tipo Pedido	Informação final da DMST
14/2018	23036/2019, de 20/12/2019	Montalvo	LOVE LEADER MEAT, Lda	Av. D. Afonso Henriques, Lote 16 - Montalvo	Licenciamento de Moradia Unifamiliar, Anexos, Piscina e Muros de Vedação	De acordo com o conteúdo da informação técnica prestada pela DMST, coloca-se à consideração do Executivo Camarário declarar projetar a caducidade do alvará de licença de moradia, piscina, anexos e muro de vedação, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do RJUE, após audiência prévia do interessado. 23-12-2019

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta.-----

-----**5. UNIDADE DE SERVIÇOS SOCIAIS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, -----**
-----**DESPORTO E TURISMO**-----

5.1 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA ALDEIENSE - PEDIDO DE TRANSPORTE - PARA RATIFICAÇÃO-----

PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR JORGE MANUEL LOURO PEREIRA, DO PARTIDO SOCIALISTA: **Considerando:**-----

- O pedido formulado à Câmara Municipal de Constância por parte da Associação Cultural e Desportiva Aldeense, para o transporte da equipa de futebol juvenil, a Ferreira do Zêzere, no dia 29/12/19 (o qual se anexa);-----
- Que de acordo com o previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 11º do Regulamento de Cedência de Viaturas Municipais “as Associações / Coletividades do concelho têm direito a quatro viagens totalmente gratuitas, podendo para além destas ser concedido mais uma viagem, a título extraordinário, mediante deliberação do executivo”;-----
- Que não era possível reunir extraordinariamente o executivo municipal;-----
- Que nas ausências e impedimentos do Presidente da Câmara, este é substituído pelo Vice-Presidente;-----
- Que, face ao exposto, decidi, por meu despacho, e em substituição do Presidente, autorizar o pedido de transporte solicitado.-----

Tenho a honra de propor,-----

Que o executivo municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 35º, nº3, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere ratificar o despacho de

autorização de cedência de transporte da equipa de futebol juvenil da Associação Cultural e Desportiva Aldeense a Ferreira do Zêzere, no dia 29/12/2019.”-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a ratificação.-----

-----**6. APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes.-----

-----**7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dez horas e dezasseis minutos.-----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e por mim Ana Silvério, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Coordenadora Técnica,

